O ESPAÇO DISCURSIVO DA FRONTEIRA NO REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL: SEPARAÇÃO E INCORPORAÇÃO.

THE DISCURSIVE SPACE OF THE BORDER IN THE CURRICULAR FRAMEWORK OF HIGH SCHOOL IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL: SEPARATION AND INCORPORATION.

Recebido: 29/05/2026 Aprovado: 09/06/2026 Publicado: 08/08/2026
DOI: 10.18817/rlj.v10i2.4563

Jaqueline Alonso Braga de Oliveira[1]
Orcid ID: https://orcid.org/0000-0001-5831-0480

Resumo: O presente artigo investiga, no discurso pedagógico do Referencial Curricular do Ensino Médio do Estado do Mato Grosso do Sul, a representação de "fronteira" pela Análise de Discurso de linha francesa (Orlandi, 2007; Foucault, 2008), na sua interface com os estudos da geografia de Raffestin ([1980] 1993), e as contribuições dos Estudos Culturais com Bhabha (1998), Anzaldúa (1987) e Peñalonzo (2001). Com o objetivo de problematizar quais efeitos de sentido permeiam o discurso pedagógico, buscar-se-á observar como a representação discursa de "fronteira" está construída. Na análise de sete excertos selecionados, identificou-se efeitos que oscilaram entre a separação e incorporação.

Palavras-chave: Fronteira; Referencial curricular; discurso; Mato Grosso do Sul.

Abstract: This article investigates, in the pedagogical discourse of the Curriculum Guidelines for High School of the State of Mato Grosso do Sul, the representation of "border" through French line Discourse Analysis (Orlandi, 2007; Foucault, 2008), in its interface with Raffestin's geography studies ([1980] 1993), and the contributions of Cultural Studies with Bhabha (1998), Anzaldúa (1987), and Peñalonzo (2001). With the aim of problematizing what meaning effects permeate the pedagogical discourse, it will seek to observe how the discursive representation of "border" is constructed. In the analysis of seven selected excerpts, effects were identified that oscillated between separation and incorporation.

Keywords: Border; Curriculum reference; discourse; Mato Grosso do Sul.

Introdução: o Referencial Curricular do estado de Mato Grosso do Sul.

Nos últimos anos, o contexto histórico-social de nosso país no que tange às leis, normas e dispositivos legais que constituem o discurso oficial sofreram várias mudanças e alterações a partir da demanda de unificação da Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC), iniciada em 2013. Em 2017, a Lei 13.415 implantou a reforma do ensino médio no Brasil e alterou a Lei de Diretrizes e Bases, ampliando a carga horária nas escolas e promovendo o modelo de escola em tempo integral.

[1] Graduada em Letras/Espanhol pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2012). Mestre em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 2016, e doutoranda pela mesma instituição (2024-2028). Atualmente é professora efetiva da rede federal de ensino médio técnico e tecnológico no IFMS, foi coordenadora do curso de Especialização em Docência para Educação Profissional Científica e Pedagógica (nível Lato Sensu), e também foi auxiliar da Diretoria de Pesquisa, Extensão e Relações Institucionais do campus Campo Grande. E-mail: jaqueline.oliveira@ufms.br

A partir de então, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou uma série de diretrizes e resoluções que culminaram na elaboração de um currículo estadual para o Ensino Médio, com o intuito de incorporar a proposta nacional de educação junto das necessidades e características de aprendizagens do contexto histórico, econômico, ambiental, cultural e do mundo do trabalho e da prática social estaduais. (SED – MS, 2020, p. 13)

Na Lei nº 13.415/2017, que instituiu a BNCC, temos no artigo 36º que preconiza a oportunidade de que o currículo do ensino médio seja composto por itinerários formativos. Tais itinerários são diversificados e organizados por conteúdos que tenham relevância para o contexto local e estejam dentro das possibilidades dos sistemas de ensino. Sendo assim, considerando que a publicação do Referencial Curricular escolhido para análise traz a intenção de inovação e ajuste às políticas públicas nacionais, buscar-se-á investigar uma faceta caraterística dessa região do país da qual faz parte, que é a de ser um território de fronteiras.

O estado de Mato Grosso do Sul está dentre os estados brasileiros como um dos que mais fronteiras internacionais tem, o que representa indício de um intenso compartilhamento cultural, familiar e afetivo. Esse estado ocupa uma posição geopolítica privilegiada, pois faz, em quase todos os pontos da zona de fronteira, a chamada “fronteira seca” com dois países hispanofalantes; ou seja, em outras palavras, faz fronteira sem divisa terrestre de separação. Tal proximidade geográfica está expressa no cotidiano, no compartilhamento de produtos culturais das mais diversas ordens, elementos esses que incrementam nossa riqueza e diversidade cultural. Territorialmente, o estado é o segundo com maior concentração de cidades-gêmeas, tendo Paraguai a sudeste e Bolívia a oeste.

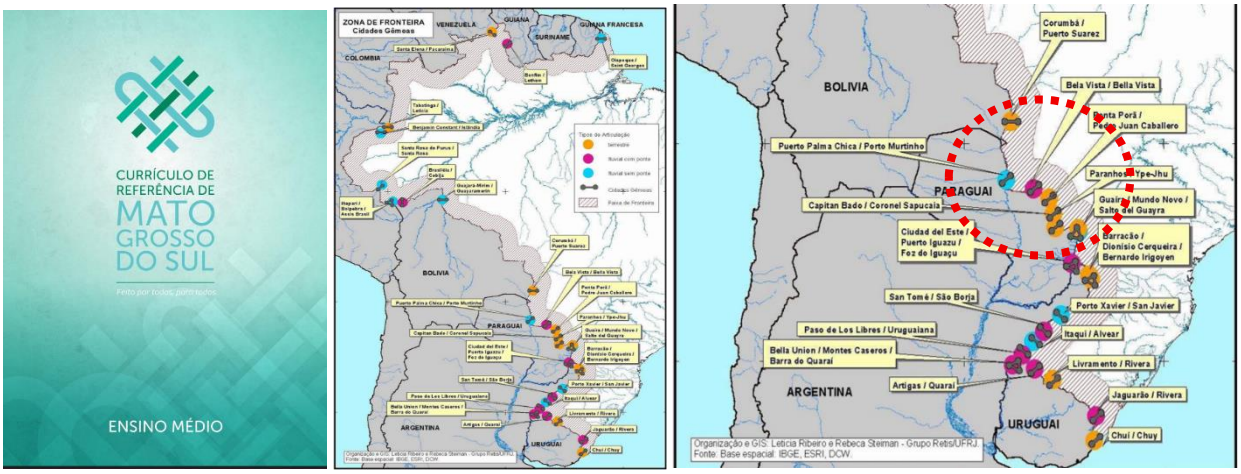
Segundo a portaria nº 125, de 21 de março de 2014, do Ministério da Integração Nacional, são considerados cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja ela seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar a unificação da malha urbana com cidade do país vizinho.

No estado de Mato Grosso do Sul, conforme assinala o círculo vermelho na imagem 3, são sete as cidades que correspondem a essa configuração; são elas: Bela Vista, que é vizinha de Bella Vista Norte (Paraguai); Corumbá, que está ao lado de Puerto Quijarro (Bolívia); Mundo Novo, que tem Salto del Guairá (Paraguai) como vizinha; Paranhos, com Ypejhú (Paraguai) após a fronteira; Porto Murtinho, que é

vizinha de Puerto Palma Chica (Paraguai); Coronel Sapucaia com Capitán Bado (Paraguai); e Ponta Porã, que fica ao lado de Pedro Juan Caballero (Paraguai).

Na imagem 2, temos o mapa que demonstra todos os pontos de cidades-gêmeas da zona de fronteira brasileira, com a identificação dos tipos de articulação de cada uma, sendo os pontos em laranja os de conexão terrestre, os roxos de conexão fluvial com a presença de pontes, e os em azul de conexão fluvial sem ponte. O estado de Mato Grosso do Sul, dos sete pontos de conexão com os países vizinhos, apresenta 6 com conexão física, seja terrestre ou por ponte.

Imagem 1. **Imagem 2.** **Imagem3.**



Fonte: Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/mapa_cidades.pdf> . Acessado em 08 fev. 2016

Assim, considerando as características e o contexto regionais desse estado, e partindo do princípio de que os documentos oficiais sobre o ensino constituem uma forma de intervenção na sociedade, podendo levar a uma transformação, investigar a representação discursiva de "fronteira" no discurso pedagógico é uma tentativa de problematizar o espaço e desvelar as relações e dinâmicas de poder que mantém determinadas práticas sociais. Espera-se que, em face dos efeitos de sentido observados neste artigo, seja possível avançar na compreensão e investigação sobre o ensino nas regiões fronteiriças, cujos contextos carregam marcas de multilinguismo, diversidade e contato de línguas em todo território brasileiro.

O presente artigo investiga, no discurso pedagógico do Referencial Curricular do Ensino Médio do Estado do Mato Grosso do Sul, a representação de "fronteira" pela Análise de Discurso de linha francesa (Orlandi, 2007; Foucault, 2008), na sua interface com os estudos da geografia de Raffestin ([1980] 1993), e as contribuições dos Estudos Culturais com Bhabha (1998), Anzaldúa (1987) e Peñalonzo (2001). Com

o objetivo de problematizar quais efeitos de sentido permeiam o discurso pedagógico, buscar-se-á observar como a representação discursa de “fronteira” está construída.

Desenvolvimento: as fronteiras e as delimitações teóricas.

A noção de fronteira como aquilo que demarca, que separa, e que estabelece o limite, convergindo para uma zona de separação, divisão, faz parte do imaginário do senso comum. Os efeitos de sentido de “limite entre partes”, como se fosse possível estabelecer diferenciação total e absoluta entre os de “lá” e os de “cá” são desafiados quando se trata de cultura e língua. Na perspectiva teórica e conforme alguns dispositivos legais, aquilo que está em relação constante, em movimento, em vida, em cotidiano, não corresponde à pureza, à classificação ou à limitação.

O Brasil é um país que possui aproximadamente 16.886 quilômetros de fronteira com 10 países da América do Sul. São 11 estados brasileiros e 588 municípios que compartilham seus aspectos sociais, históricos e simbólicos para além de seus territórios físicos. Contudo, é possível observar uma concepção de fronteira como “linha divisória” no discurso de dispositivos jurídicos brasileiros desenvolvidos especificamente para essas regiões, como a *Lei Nº 6.634*, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira, e o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), elaborado pelo Ministério de Integração Nacional.

A *Lei 6.634* dispõe sobre a “Faixa de Fronteira” e a considera como “faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional”. Aqui é possível observarmos a associação de faixa de fronteira com limite, espaço geográfico que delimita o território. A lei trata especificamente de assuntos que proíbem a construção, exploração de recursos humanos, e ou qualquer outra prática de atos que desconsidere a participação e a porcentagem do estado brasileiro. Em linha gerais, o contexto desse dispositivo é um caso de Segurança Nacional e, talvez justamente por isso, essa definição trate o conceito de fronteira como algo estritamente físico.

Diferente disso, no ano de 2005, a partir da atuação do então Ministério da Integração Nacional, o documento “Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira – bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira”, inaugura uma nova percepção nos discursos político jurídicos no que tange ao conceito de “fronteira”.

Além do termo “faixa de fronteira”, o termo “zona de fronteira” estabelece um olhar diferente sobre essa concepção. No referido documento, encontramos o item “Conceitos e Metodologias”, onde os termos “faixa” e “zona de fronteira” são diferenciados. Enquanto “faixa” se trata à expressão de limite já comentada anteriormente no discurso da Lei, a “zona de fronteira” está associada à “interação”, “espaço social”, “trânsito”, “diferenças”, “fluxos” e “interações”, o que abrange tanto as dimensões físicas como econômicas, considerando-a uma dimensão social específica diferente do resto do território.

Segundo o documento, “o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivos, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é das cidades-gêmeas.” (BRASIL, 2005, p.21) O documento menciona também que um exemplo de “zona de fronteira” são as cidades-gêmeas cujo movimento migratório e trânsito de pessoas geram interações que vão além do espaço delimitado com fim e começo.

O professor Claude Raffestin, em seu livro “Por uma geografia do poder”, de 1980, trata da questão do território atravessada por questões sociais e de poder, e não só espaciais. Para ele, o território é um produto dos atores sociais. Ele não existe em si como algo permanente e invariável, apesar de sua realidade física – o espaço. O território é construído, é um “processo”. Os limites territoriais estão também ligados ao social e à historicidade.

Para o professor, a delimitação não é arbitrária tampouco natural. Ela faz parte de um projeto social. Nesse sentido, as fronteiras são consideradas como categorias que servem de instrumento para comunicar uma ideologia: a dos Estados-nações. Seu aparecimento de forma mais contundente tem relação com o estabelecimento do Estado moderno e com o surgimento dos mapas, cumprindo uma função legal que exigiu vigilância, leis, normas e controle, por vezes, tornando-se uma barreira física com a construção de muros e muralhas. (Raffestin, [1980] 1993, p. 164)

Para ele, as fronteiras e os limites territoriais carregam informações, criações que se reproduzem e que participam dos projetos sociopolítico e socioeconômico. E é nesse sentido que o autor afirma não haver aleatoriedade ou acaso na delimitação dos limites, das fronteiras. Por outro lado, também, podemos considerar as fronteiras pelo fluxo de pessoas e suas interações. A partir da delimitação dos espaços

geopolíticos, a fronteira também se configura pelas pessoas que a compõem e que, muitas das vezes, se veem entre as categorias de “cá” e de “lá”.

Considerando então a fronteira na sua dimensão social e nas características que podem compor possíveis delimitações de “aqui” e “ali”, “antes” e “depois”, pode-se pensar na construção da identidade e nos elementos que se articulam no seu espaço. Nesse contexto, as perguntas: quais são os sentidos que derivam da ideia de limite nos referenciais curriculares de um estado fronteiriço como o caso do Mato Grosso do Sul? e o que faz com que algo seja reconhecido como sul-mato-grossense no espaço da fronteira estadual? serão norteadoras das reflexões aqui empreendidas.

O antropólogo argentino Néstor García Canclini (2015, p. XXIX), afirma que as fronteiras - entre os países e as grandes cidades - são contextos que, de maneira especial, produzem formas de hibridização. Sem deixar de ser de nenhum dos lados, a fronteira é o lugar do múltiplo por excelência. Para o autor, as fronteiras rígidas estabelecidas pelos Estados modernos – cujos limites também são construídos pelos dispositivos legais - se tornaram porosas, permeáveis e difusas quando vistas da perspectiva da dimensão social.

Alinhada à percepção de que os espaços fronteiriços não respondem à pureza ou à ideia de fixação e estabilidade, temos o conceito de “entre lugar” desenvolvido por Bhabha (1998). Homi K. Bhabha é um autor pós-colonial que desenvolveu seus estudos para pensar a condição dos povos colonizados e a formação da identidade na sociedade contemporânea caracterizada pela fluidez de conceitos antes tomados como fixos. A situação do sujeito fronteiriço que vive no trânsito cultural e nacional, influenciado pela pluralidade, é o espaço que Bhabha (1998) chama de “entre lugar”.

Em seu livro “O local da Cultura”, ele apresenta o conceito de “entre-lugar” e comenta a perspectiva da fronteira pela diferença. Segundo Bhabha (1998, p.20), o “entre-lugar” é um ponto intersticial à medida em que é o encontro e a sobreposição das diferenças. Esse lugar “entre” é o lugar do novo, no qual o sujeito tem sua própria especificidade. Por estar entre territorialidades, o sujeito cria identificações com os dois lados da fronteira, o que o leva, por sua vez, a criar uma própria. Essa identificação não é homogênea nem estável; antes, é peculiar, única, no sentido de híbrida, não se igualando a nenhuma outra.

Para Bhabha (1998, p.24), o espaço da fronteira reúne as diferenças e isso faz com que algo comece a se fazer presente. A fronteira, ao invés de delimitar o fim, funciona como a ponte que une dois pontos no qual a interação das partes faz com

que as diferenças formem hibridismos, portanto, novas formas de identificação e de subjetividades.

Glória Anzaldúa (1989, p.3), sobre o caso dos Estados Unidos e o México, afirma que a fronteira é uma “herida abierta” (ferida aberta) na qual um terceiro mundo surge de dois outros. Essa fronteira, para autora, também não é só um limite geográfico, mas é, sobretudo, um resíduo emocional, o que também a torna natural. Não é o lugar de distinção entre o nós e os outros. Segundo a autora, do sangue dessa ferida emerge um terceiro país, diferente dos outros dois, embora seja deles derivado.

Para Anzaldúa (1989, p.7), o terceiro lugar é vago, marcado pela indeterminação. Essa perspectiva dialoga com o conceito de “entre lugar” na medida em que ambos consideram a fronteira um espaço diferente dos demais e marcado pela transitoriedade. Nesse sentido, investigar como se forma a representação discursiva do espaço fronteiriço precisa dialogar com questões relacionadas ao hibridismo.

Canclini assevera que (2015, p. 23), com os Estudos Culturais e os processos incessantes de hibridação, a noção de identidade perdeu o caráter fixo e puro e o conjunto de traços que antes a definiam, como por exemplo a língua e as condutas estereotipadas, não conseguem mais afirmá-la como essência de uma etnia ou nação. Adotando essa perspectiva no estudo do discurso sobre a fronteira, não se pretende estudá-la como objeto de estudo “puro”, mas sim deslocar o olhar para a sua heterogeneidade e as hibridações culturais que compõem a noção que os documentos oficiais fazem na forma do discurso pedagógico.

Observando essas questões no âmbito da filosofia da educação, o professor Peñalonzo, da Universidade de Costa Rica, estudioso da educação na América Latina, afirma que o caráter híbrido da condição sociocultural das fronteiras se reflete como desafio para a educação. O hibridismo, as diferenças e as identificações geradas nesses espaços sustentam limites que ultrapassam as demarcações geográficas, atingindo questões linguísticas, raciais e, por quê não, econômicas.

Segundo o professor:

> La región centroamericana tiene otras fronteras que no son las geográficas señaladas, más fronteras culturales que atraviesan las geográficas y que, a su vez, mantienen las diferencias culturales que la educación no puede ignorar con contextos que desafían su práctica cotidiana. Se habla, por ejemplo, de una América Latina hispana, una lusitana, una negra y una indígena, cada una de ellas con matices

> particulares que desafían la planificación educativa en nuestro continente. (Peñalonzo,2001, p.2)

Dessa forma, optou-se pelas perspectivas que abrangem o sentido de fronteira como contexto de pluralidade e singularidade biossocial. Tendo em vista as perspectivas aqui apresentadas, entende-se fronteira como *plural,* por reconhecer a diversidade em sua constituição; *singular*, por se diferenciar das demais áreas, criando suas particularidades da relação das partes; e biossocial por implicar em relações humanas para além do físico.

Consideraremos então que seja possível a observação de muitas outras fronteiras para além da Brasil-Paraguai-Bolívia. Tal perspectiva exclui a noção de limite internacional, físico ou geográfico, e opta pela integração linguística, cultural, social e histórica da região. Sendo assim, os processos discursivos investigados tomarão como princípio que as fronteiras são híbridas, móveis e múltiplas, assim como os sentidos.

Nesse aspecto, a Análise de Discurso de linha francesa dialoga com a perspectiva teórica sobre "fronteira" adotada, na medida em que também não considera a linguagem e os efeitos de sentido como unos e fixos. Segundo Orlandi,

> A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: como estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (Orlandi, 2002, p. 15).

Outro ponto de relação é o princípio histórico-social dos processos. Discursivamente, um efeito de sentido só existe por estar dentro de uma determina formação. Isso equivale a dizer que o conceito de fronteira aqui investigado forma uma representação dentro do discurso pedagógico do estado de Mato Grosso do Sul. Pela análise do discurso, a representação de fronteira será uma possibilidade de mediação entre a linguagem, o homem e a realidade natural e social, em outras palavras, uma construção.

O objeto discursivo existe sempre sob condições muito específicas de tempo e espaço, e é inseparável dos quadros formais no interior dos quais se constituiu. Em outras palavras, o discurso está formado sob as leis das práticas que propiciaram o

seu o surgimento, e não de outro objeto. Por conta disso, na sua análise, incluem-se as variações possíveis de um certo período histórico em um certo lugar. Nessa perspectiva, o discurso não depende do indivíduo que o enuncia, não se vincula a uma origem histórica ou a uma essência. Ele é uma prática e sua materialidade são os enunciados. (Fischer, 2013, p. 124, 125)

De acordo com Fischer (2013), o discurso supõe um campo de saberes articulados entre si, constituídos historicamente em meio a disputas de poder. Por essa definição, os enunciados de um discurso convergem para várias formas de análise, nas quais sua materialidade permite a descrição de imagens discursivas, elaborações do senso comum, afirmações da ordem dos preconceitos, ou, como no caso desta pesquisa, as representações sobre “fronteira”.

Para Pêcheux (2014), embora as análises sejam baseadas na língua e por elas materializadas, as reflexões desenvolvidas estão centradas nos efeitos de sentido, no discurso, gerado por determinadas condições históricas e sociais. O discurso, o objeto da pesquisa, segundo Pêcheux (2014, p.148), deve ser analisado pelo “conjunto de discursos possíveis”.

Os efeitos de sentidos são considerados na exterioridade que os compõem e na interação interna, tendo em vista assim a relação entre eles. Rastrear os enunciados que engendram a representação de “fronteira” não necessariamente significa apenas observar as palavras vinculadas a ela, mas a descrição das regras discursivas que possibilitam o aparecimento de um(uns) determinado(s) sentido(s) relacionados à “fronteira”. Para Análise de Discurso, o "saber do que se fala" exige a interpretação de objetos discursivos inscritos na história e na sociedade, em outros termos, o aparecimento dos efeitos de sentido faz parte da construção histórico-social.

Para tanto, mobilizaremos o método proposto por Michel Foucault, desenvolvido principalmente no livro “Arqueologia do saber” (1969) e conhecido como arquegenealógico. Tal metodologia está baseada nas noções de arquivo e genealogia. Para Foucault, é possível compreender como um determinado objeto de saber irrompe enquanto acontecimento, como se transforma no decorrer da história a partir da sua relação pela identificação das relações de poder que atravessam determinada sociedade.

Um dos pressupostos teóricos foucaultianos compartilhados na análise dos dados será de que o discurso, abordado como prática social, é regulado por determinadas regras que o definem. Dessas regras é que se rastreiam as formações discursivas.

Em termos mais claros, buscar-se-á observar quais são os efeitos de sentido, as significações, que aparecem quando se trata de “fronteira” nos recortes selecionados. Ao tratar de “fronteira”, observaremos quais são as movimentações, resistências e contradições que emergem.

Dessa forma, o presente artigo desenvolve a observação do funcionamento discursivo do discurso pedagógico como uma representação que constitui uma dimensão da prática social. Em outras palavras, considerar o discurso pela via da interpretação da linguagem será entendê-lo como uma prática sócio-histórica de sentidos.

A partir da observação dos sentidos vinculados à “fronteira” no contexto sócio-histórico do discurso pedagógico sul-mato-grossense, separou-se para análise 7 recortes do Referencial Curricular. O rastreio dos excertos se deu primeiro com a procura da palavra “fronteira”, e depois pela seleção das ocorrências em que a palavra estava associada a uma referência ligada semanticamente à fronteira estadual.

Análise: os efeitos de sentido e a movimentação discursiva.

Os sete excertos selecionados para análise estão relacionados às orientações para as disciplinas de “Língua Estrangeira Espanhol”, “Língua Portuguesa”, “Geografia”, “História” e “Filosofia” respectivamente. Seguir-se-á a apresentação dos excertos com os enunciados grifados junto da análise. Será possível observar a repetição de alguns efeitos de sentido sobre a representação “fronteira”, contudo, as relações estabelecidas em cada recorte ajudarão na observação das relações de poder existentes no discurso pedagógico.

> **Excerto 1.** Já em relação ao componente Língua Estrangeira Espanhol, este encontra-se **próximo à realidade cultural e econômica do Estado, devido a sua localização geográfica e suas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai.** Para as escolas que optarem pela oferta de uma segunda língua estrangeira, este Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul — Ensino Médio, propõe estratégias metodológicas alinhadas aos demais componentes curriculares da área de Linguagens e suas Tecnologias, o que viabiliza uma ação integrada, valorizando **essa língua que influencia, fortemente, a cultura regional.** (SED, 2020, p.94. Grifo nosso.)

No excerto 1, temos a representação de fronteira associada à localização geográfica retoricamente articulada como justificativa da presença do Espanhol no currículo, o que remete ao movimento de sua retirada com a implantação do inglês como língua estrangeira oficial desde a implantação da BNCC. Observa-se os

sentidos de “espaço físico” como elemento da manutenção da língua espanhola, estabelecendo relação com a representação de “fronteira” em “próximo” e “localização geográfica”.

Percebe-se também que a articulação espanhol - espaço da fronteira - cultura regional aponta para uma representação de “fronteira” atravessada por efeitos de sentido de “próprio”, “nosso”, “da região” em “cultura regional”. Esse traço discursivo associado ao ensino de uma língua ratifica a concepção de Raffestin de que o espaço da fronteira é atravessado por questões sociais, e não apenas espaciais.

> **Excerto 2.** Língua Estrangeira Espanhol: **A língua espanhola na composição da cultura sul-mato-grossense, no contexto local e linguístico dos países fronteiriços**; Influência da língua espanhola na **formação de estrangeirismo** e heterossemânticos. Ampliação do repertório linguístico, explorando a literatura, a música, as artes plásticas, o teatro, o cinema, a dança, a culinária e/ou a escultura. Discussões e reflexões sobre os embates históricos entre **os países da tríplice fronteira**, investigando a cultura das **nações fronteiriças** e reconhecendo suas manifestações culturais, bem como a importância da língua espanhola para a comunicação. Elaboração de textos, cartazes e slams que propiciem a reflexão e o uso crítico da mídia sobre os estereótipos e mal-entendidos **entre povos de diferentes culturas**, principalmente, os que são impulsionados por semelhanças em sua estrutura e pronúncia, promovendo, assim, **abertura ao novo e o engajamento com o outro.** Estas habilidades podem ser trabalhadas com a (MS.13CNT305) de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias, (MS.13CHSA203) e (MS.13CHSA204) de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. (SED, 2020, p.232. Grifo nosso.)

No excerto 2, apesar de haver a repetição dos efeitos de sentido identificados anteriormente, temos a oscilação entre o que é considerado parte integrante da cultura “sul-mato-grossense” com o que é marcado como do outro, como em “estrangeirismos”, “países da tríplice fronteira”, “nações fronteiriças”, “povos de diferentes culturas” e “abertura ao novo e o engajamento com o outro”.

Conforme nos explica Bhabha (1998) e Anzaldúa (1989), o espaço fronteiriço forma o novo, o “entre lugar”, no qual as diferenças estão reunidas, associadas. Os enunciados “da cultura sul-mato-grossense” e “no contexto local e linguístico dos países fronteiriços”, relacionados à presença da língua espanhola no currículo, demonstram traços de uma representação de “fronteira” perpassada por sentidos de pertencimento. Nesse ponto, o discurso pedagógico parece partir da premissa de que a diversidade e o compartilhamento do conhecimento da mesma língua mantêm as relações na fronteira.

Por outro lado, os enunciados “povos diferentes”, “nações fronteiriças”, “países da tríplice fronteira” e “estrangeirismos” marcam as tensões e forças que indicam a

separação que emerge. Com isso, torna-se quase que contraditório considerar que dentro da mesma representação discursiva a “fronteira” possa ser considerada elemento de união, constituição do sujeito sul-mato-grossense ao mesmo tempo em que o diferencia dos demais, como se as questões relacionadas ao hibridismo não servissem de reunião, compartilhamento, de elementos culturais comuns aos povos, “nações”, fronteiriços.

> **Excerto 3.** Língua portuguesa: [Objetivos do conhecimento] **Variedades linguísticas** da língua portuguesa e as **diversas línguas faladas em Mato Grosso do Sul**. Configuração do preconceito linguístico no discurso cotidiano. [Sugestões didáticas] Reconhecimento e valorização da cultura e das variantes linguísticas existentes em Mato Grosso do Sul, abordando o preconceito linguístico, bem como enfatizando a **língua materna falada nas comunidades indígenas e nas fronteiras.** Ressaltar a forte influência das línguas nativas nas comunidades, visto que, por vezes, esta excede o uso da língua espanhola e entrelaça com a língua portuguesa e outros idiomas, **gerando grande incidência de termos híbridos de base portuguesa, guarani, quéchua, espanhola, dentre outros.** Produções autorais e coletivas de poemas, contos, roteiros e microrroteiros, videominutos, playlists comentadas de música, tendo como base gêneros do universo digital como memes, gifs, dentre outros, considerando as dimensões técnicas, criativas e éticas, para socialização em clubes de leitura, cooperativas culturais, slams, desenvolvendo assim a imaginação criativa, a resiliência emocional e o interesse artístico.” (SED, 2020, p. 233. Grifo nosso.)

Movimento diferente surge no excerto correspondente à Língua portuguesa. No excerto 3, observamos que, ao invés da categoria de “estrangeiro”, a presença da coexistência de línguas se relaciona a uma ideia de “diverso” e “híbrido”, pois são as “línguas faladas em Mato Grosso do Sul”. Não há no enunciado separação da língua do “outro”. É interessante observar que o conteúdo a ser trabalhado é o de “variedades linguísticas” e “preconceito linguístico”, o que pode denotar a presença de efeitos de sentido de língua provenientes da Sociolinguística que, ligados ao regional e ao social, não impõem os efeitos de “estranho”, “estrangeiro” e ou “adverso” no discurso.

> **Excerto 4.** Geografia: Eixo Território E Fronteira (MS.EM13CHSA203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras). Geografia Estado e Nação; Ocupação Espacial; Fronteira e Território. Estabelecendo conexão entre as habilidades (MS.EM13CHSA203) e (MS.EM13CHSA204) utilizar-se de **estudo de caso do estado de Mato Grosso do Sul que por se tratar de um estado que faz fronteira com dois países (Bolívia e Paraguai) e cinco outras Unidades da Federação Brasileira**, é imprescindível que se analise **as características, problemáticas e especificidades de cada uma delas**, expandindo-as na medida em que as conexões se sobrepõe, problematizando as análises. Ponta Porã/Pedro Juan

> Caballero e Corumbá/Puerto Quijarro podem ser exemplos de como a **miscigenação, as culturas e as fronteiras (oficiais e ilegais)** impactam no território. Assim por meio de pesquisas, compreender a definição e a diferença entre Estado e Nação, como se dá a ocupação espacial, do lugar e por qual motivo **se dá de formas diferentes de um lugar para o outro.** (SED, 2020, p.360. Grifo nosso.)

O excerto 4 tem a característica específica de se tratar do estudo do espaço na disciplina de Geografia, por isso, credita-se a presença de sentidos como “território”, “fronteira” e “Estado” a uma lógica mais material. Todavia, chama atenção os reforçadores de separação desse espaço em “formas diferentes de um lugar para o outro” e “de cada uma delas”. O enunciado “miscigenação, as culturas e as fronteiras (oficiais e ilegais)” chama atenção por relacionar o hibridismo, o surgimento do novo, a fronteiras que supostamente não estariam dentro da lei.

Conhecer as fronteiras nos termos desse enunciado representa conhecer também fronteiras proibidas (como se o houvesse), ainda e apesar da miscigenação. Outro ponto considerado é o de que apenas duas cidades gêmeas elencadas são exemplos de “miscigenação”, como se toda a cultura estadual não estivesse intrinsicamente ligada e relacionada aos povos bolivianos e paraguaios. Aqui é possível observar a movimentação discursiva no sentido de tentar fixar a identidade estadual como se as fronteiras pudessem servir de critério, “especificidades de cada uma delas”, de observação das diferenças de cada espaço, formando espaços diferentes ainda que compartilhados.

> **Excerto 5.** Geografia. Território E Fronteira (MS.EM13CHSA206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico. Geografia Produção do Espaço Geográfico no Brasil do período colonial aos dias atuais e os contextos de Localização. Utilizando-se de textos, imagens e vídeos históricos, refletir sobre a construção do espaço geográfico do território, partindo de análises e conceitos de espaço e lugar, apoiando-se em diferentes teóricos da área, como Milton Santos, observar como vai se delineando e se construindo o que hoje conhecemos como território brasileiro. O professor pode utilizar da metodologia de aprendizagem baseada em times e a partir dos conceitos adquiridos, utilizar-se de dados para elaboração de roteiros, maquetes, desenhos, cartas e mapas de como se deu o processo de formação do espaço brasileiro, para o desenvolvimento do raciocínio geográfico como os conceitos abordados nas habilidades. (SED, 2020, p.348. Grifo nosso.)

No excerto 5, a proposta de trabalho do eixo “Território e fronteira” não menciona, em nenhum momento, a ocupação humana e os espaços fronteiriços, as cartas e os mapas das regiões de fronteira e a relação que há entre questões como relevo, clima e ocupação humana compartilhados pelos países da fronteira. Sobre o

período colonial, também não há a menção a regiões que hoje são consideradas "Brasil", "Paraguai" e "Bolívia"; mas que tinham outras demarcações, sendo, inclusive, as mesmas em alguns momentos históricos.

> **Excerto 6.** História. Imigrantes e Refugiados no Brasil e Mato Grosso do Sul; **Fronteiras nacionais**: Brasil e Mato Grosso do Sul; Território e História temática e apresentação de seminário e assim, aprofundar a **reflexão crítica sobre fronteiras e povos indígenas**. territorialidade comunidades tradicionais. para Para entender a dinâmica da formação do território e **do estabelecimento de fronteiras**, pode-se apresentar mapas históricos e **conceitos de limite e fronteira** diferenciando e aplicando as definições para elaboração de pesquisas. Propor aos estudantes que pelo método da pesquisa investigativa compreenda e debata a importância da terra para comunidades tradicionais, por exemplo: **Povos Indígenas do estado de Mato Grosso do Sul e a relação da etnia escolhida com a terra e territorialidade, entendendo como esses povos percebem fronteira**. Posteriormente, os estudantes podem elaborar em grupo, utilizando as TIC'S, produção do trabalho nesta (SED, 2020, p. 361. Grifo nosso.)

No excerto 6, relacionado à disciplina de História, temos a repetição da relação da "fronteira" com a espacialidade. Há uma abertura à multiplicidade de concepções de fronteira como indica o estudo de "conceitos" e a visão que os "povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul" tem sobre a fronteira, contudo, não há a consideração de que esses povos constituam também os alunos sul-mato-grossenses. Os povos indígenas são nomeados pelo discurso pedagógico como uma categoria que está situada no espaço do Mato Grosso do Sul; porém é particular, possuem uma visão separada, há um efeito de distanciamento em: a relação é "da etnia", a visão sobre fronteira é d"esses povos". Essa representação de fronteira é uma virtualidade, denotando um lugar outro, distante da vivência cotidiana dos estudantes. As fronteiras são "nacionais", há nações em cada lado delas, grupamentos políticos definidos e diferentes.

> **Excerto 7.** Filosofia: Ética e as relações sociais fronteiriças. Compreender o processo de **formação do sujeito ético** e sua relação **com o outro na fronteira.** Reconstruir os passos **para a relação com o diferente no que se refere à outra cultura**. Pode-se identificar os **costumes do país fronteiriço** e quais se **assemelham aos nossos costumes** por temáticas alimentares, esportivas e vestimenta. Sugere-se **investigar as fronteiras de Mato Grosso do Sul e a relevância destas proximidades na formação da cultura territorial**. (SED, 2020, p. 407)

No excerto 7, ainda que o discurso considere a possibilidade de uma interação e integração de elementos, a cultura é territorial em "costumes do país fronteiriço". E essa "cultura" é a do outro, e do outro lado é o "diferente". Como asseverou Canclini,

a noção discursiva de “sujeito” assumiu um caráter fixo e puro, estereotipado. O estudo das relações sociais fronteiriças está, nessa prática discursiva, identificada com o movimento dúbio de ser “semelhante aos nossos”, não sendo igual ao do outro. Os costumes, as relações sociais fronteiriças se parecem, produzem uma proximidade, uma analogia, mas não um compartilhamento, por isso são semelhantes aos “nossos”. “Nosso” quem? Dos brasileiros sul-mato-grossenses.

Há um efeito de separação nas articulações entre “outra cultura” e “nossos costumes”. A relação estabelecida não encontra pontos de semelhança. Ainda que a cultura passe pelo compartilhamento do território, as marcas do outro são as do “diferente”. O imaginário da representação da fronteira é construído pelo reconhecimento das diferenças sem a ponderação do que é igual ou do que poderia nos constituir pelo mesmo espaço. A formação do sujeito do estado não passa pelo compartilhamento com os demais países.

Considerações finais: sem limites.

O presente artigo não pretende extinguir a discussão e os estudos sobre os efeitos de sentido da representação de “fronteira”. À guisa de exercício analítico, buscou-se observar os traços – os fios discursivos – que tecem a rede de significação em torno da ideia de “fronteira” no discurso pedagógico do Referencial Curricular. A partir da noção de fronteira como plural, singular e biossocial, durante a análise, identificou-se que, apesar do reconhecimento de sua relevância na construção cultural estadual, há presença de efeitos de sentido derivados da ideia de “limite”, “separação” e “diferente”.

Assim, pode-se dizer que o espaço discursivo da fronteira, nos enunciados selecionados, pertence à noção de estado, influencia-o, é considerado no processo pedagógico; mas não é reconhecido como um traço integrante do contexto sul-mato-grossense. A fronteira é nomeada, entretanto, está introduzida no discurso pedagógico como instrumento de diferenciação, classificação das partes e reforçador das diferenças de cada lado. Em resumo, é possível afirmar que o discurso do Referencial Curricular analisado, ao tratar de fronteira, oscila em momentos de resistências e contradições sobre o lugar discursivo que a “fronteira” ocupa.

Referências

ANZALDÚA, Gloria E. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza.** San Francisco: Aunt Lute Books, 2012.

BHABHA, Hommi. 1998. **O local da cultura.** 5. ed. Trad. Miriam Ávila, Eliana L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - Estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. Dicionário de análise do discurso / Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau; coordenação de tradução Fabiana Komesu. 3.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

FOUCAULT, Michel. 1926-1984. A Arqueologia do saber./ Michel Foucualt; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, - 7 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Discurso: estrutura ou acontecimento./ Michel Pêcheux; tradução Eni P. Orlandi. – 4ª edição – Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. [1988]

PEÑALONZO, Jacinto Ordóñez. **La escuela, diferentes contextos culturales y culturas de frontera. Iº Fórum Mundial de Educação**, 2001, Porto Alegre, RS. Revista Brasileira de Educação.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. [1980] 1993, São Paulo: Editora Ática. Disponível em <https://ia801205.us.archive.org/35/items/claude-raffestin-por-uma-geografia-do-poder-massimo-morigi-repubblicanesimo-geopolitico/CLAUDE%20RAFFESTIN%2C%20POR%20UMA%20GEOGRAFIA%20DO%20PODER%2C%20MASSIMO%20MORIGI%2C%20REPUBBLICANESIMO%20GEOPOLITICO.pdf > Acessado em 29/05/2026.

Secretaria de Estado de Educação - SED. Currículo de referência de Mato Grosso do Sul. Ensino Médio. Helio Queiroz Daher, Davi de Oliveira Santos e Márcia Proescholdt Wihelms. (Orgs.). Campo Grande: SED, 2020. 555 p. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado/pdfs/RCSEEMS.pdf >Acceso en 23 octubre de 2025.